

# POLICY PRACTICE : UMA ALTERNATIVA DE INFLUÊNCIA POLÍTICA PARA UM SERVIÇO SOCIAL EM CONTEXTO DE CRISE

POLICY PRACTICE: AN ALTERNATIVE OF  
POLITICAL INFLUENCE FOR A SOCIAL SERVICE  
IN CONTEXT OF CRISIS

POLICY PRACTICE: UNA ALTERNATIVA DE  
INFLUENCIA POLÍTICA PARA UN SERVICIO  
SOCIAL EN CONTEXTO DE CRISIS

---

*Tatiana CALMON<sup>1</sup>*

---

## Resumo

O artigo trata de um excerto da investigação Serviço Social e Política Social em contexto de crise socioeconómica: no discurso e na prática dos assistentes sociais, que pretende estabelecer uma discussão teórica acerca da dimensão política do Serviço Social com o objetivo de analisar a relação de tensão ou de cooperação entre as Políticas Sociais e o Serviço Social. Pretendemos fazer um breve enquadramento teórico dos processos que constroem políticas públicas de cunho social centrando nossos esforços argumentativos na orientação política inerente/expectável a profissão. Afinal, qual o “lugar de mundo” de um Serviço Social politicamente orientado? Podemos tentar responder a esta pergunta de diversas formas, mas aqui escolhemos tentar desvendar um dos conceitos que discute a prática política do Assistente Social na esfera da influência/participação política: .

**Palavras-chave:** Serviço social. Política social. . Participação.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Serviço Social pelo ISCTE. Mestre em Jornalismo pelo ESCS. Licenciada em Ciências Económicas pela UNP. Integrante do NUDLA (Núcleo de Doutorandas Latino-América de Serviço Social do ISCTE-IUL). E-mail: [calmontatiana@hotmail.com](mailto:calmontatiana@hotmail.com).

---

## Resumen

*El artículo trata de un extracto de la investigación Servicio Social y Política Social en contexto de crisis socioeconómica: Policy Practice en el discurso y en la práctica de los asistentes sociales, que pretende establecer una discusión teórica acerca de la dimensión política del Servicio Social con el objetivo de analizar la relación de tensión o de cooperación entre las Políticas Sociales y el Servicio Social. Pretendemos hacer un breve encuadramiento teórico de los procesos que construyen políticas públicas de cuño social centrandos nuestros esfuerzos argumentativos en la orientación política inherente / expectante a la profesión. Al final, ¿cuál es el "lugar de mundo" de un Servicio Social políticamente orientado? Podemos intentar responder a esta pregunta de diversas formas, pero aquí elegimos intentar desvelar uno de los conceptos que discute la práctica política del Asistente Social en la esfera de la influencia / participación política: Policy Practice.*

**Palabras clave:** Servicio social. Política social. Política de práctica. Participación.

---

## Abstract

The article deals with an excerpt from the Social Service and Social Policy research in a context of socioeconomic crisis: Policy Practice in the discourse and practice of social workers, which intends to establish a theoretical discussion about the political dimension of Social Service with the objective of analyzing the relationship tension or cooperation between Social Policies and Social Work. We intend to make a brief theoretical framework of the processes that construct public policies of a social nature focusing our argumentative efforts on the inherent / expected political orientation of the profession. After all, what is the "place of the world" of a politically oriented Social Service? We can try to answer this question in different ways but here we try to unveil one of the concepts that discusses the political practice of the Social Worker in the sphere of political influence / participation: Policy Practice.

**Keywords:** Social work. Social police. Policy practice. Participation.

## INTRODUÇÃO

A capacidade de influência nos processos de tomada de decisões política é matéria atual da discussão pública, acadêmica e política. Vivemos num momento de grande questionamento popular acerca da capacidade dos poderes governativos, democraticamente eleitos, de representar os verdadeiros interesses da população. Os trabalhadores em Serviço Social são assim requeridos, como mediadores historicamente outorgados, a qualificar e gerir conflitos socioeconômicos que envolvem a parcela mais precarizada e desprotegida da população. A natureza política da intervenção exige que o assistente social atue no sentido de

(...) hacer frente y resolver los procesos y situaciones generadas de exclusión social... (y) promover actuaciones capaces de reforzar los niveles de integración social de distintos segmentos de la población mejorando sus niveles de bienestar social y previniendo y evitando, al mismo tiempo, la aparición de posibles procesos de exclusión social (RODRÍGUEZ, 2004, p. 196).

A presente comunicação tem por objetivo fazer uma breve revisão de algumas das diferentes perspectivas que abordam a prática política do Assistente Social. Os múltiplos discursos presentes na intervenção traduzem uma premissa de intenções políticas que, embora coadunem com os objetivos de promoção do desenvolvimento, coesão e transformação social, parecem reduzir potência no campo da influência e intencionalidade comum à relação com o poder político decisório.

A prática política enquanto exercício/atributo profissional é considerada elemento identitário do trabalhador em Serviço Social. São abundantes as referências ao viés político da profissão (AMARO, 2012; FERREIRA, 2014; YAZBEK, 2014), no entanto, faz-se necessário atualizar os traços distintivos daquilo que compreendemos (ou

assimilamos) como a dimensão política do Serviço Social. Sendo assim, percebe-se como necessário, elaborar uma partilha da informação adquirida no processo de pesquisa científica proveniente do debate entre as ideias fundantes do estudo com a posição reivindicada por autores de referência (na moldura teórica que norteia esta investigação: .

Quando refletimos sobre a “legitimidade política” (YAZBEK, 2014: 690) do Serviço Social, percebemos a necessidade de buscar novas formas de articulação entre as várias esferas de decisão política e também compreender as circunstâncias individuais e coletivas que definem as sociedades contemporâneas. Assistentes sociais comprometidos com a orientação política da profissão estão constantemente avaliando e refletindo a prestação dos serviços sociais e seus impactos na sociedade (AMARO, 2012; PETERSON, 2003; CUMMINS, PENDRICK, BYERS, 2010). Sendo assim, tencionamos através de uma contribuição teórica propor alguns elementos que permitam fomentar o debate acerca da prática política do Serviço Social.

Com as diversas crises existenciais dos Governos (e a difícil gestão de interesses coletivos supranacionais com a preservação das economias internas), a legitimidade e eficiência dos gastos sociais do Estado começam a ser frequentemente questionados (e por vezes rechaçados) envolvendo os atores políticos num embate público-político cada vez mais acirrado. Como afirma Rua (1998), a concepção das políticas públicas envolve um exercício de influência que começa antes dos gabinetes afinal uma situação de precariedade pode ser reconhecida e identificada como tal sem, entretanto, mobilizar os poderes públicos para intervir e buscar solução.

Neste caso, trata-se de um "estado de coisas" - algo que incomoda, prejudica, gera insatisfação para muitos indivíduos, mas não chega a constituir um ítem da agenda governamental, ou seja, não se encontra entre as prioridades dos tomadores de decisão. Quando este estado de coisas passa a

preocupar as autoridades e se toma uma prioridade na agenda governamental, então tornou-se um "problema político" (RUA, 1998, p. 5).

As políticas públicas são definidas em três etapas a saber, formulação, implementação e avaliação. O primeiro período trata do processo de construção das medidas propriamente dito (após a definição dos problemas que merecem intervenção e cuja solução é possível através de uma medida do governo). A implementação refere ao ato de colocar em execução tais medidas e a avaliação consiste no acompanhamento dos impactos sociais e económicos das políticas nos contextos em que são aplicadas (FREY, 2000). Embora a formulação das políticas com fins de proteção social tradicionalmente aconteça em ambiente estatal, o processo que afigura o estatuto de um problema passível de intervenção/resolução pública inicia nos embates quotidianos de indivíduos condicionados pelas precariedades de funcionamento da sociedade contemporânea. Neste aspecto, o Serviço Social como ator privilegiado na relação entre as populações e os seus governos, é capaz de identificar as precariedades e demandas além de orientar e antecipar problemas que necessitam de interferência dos decisores políticos.

No que diz respeito à questão das políticas públicas com fins específicos de proteção dos cidadãos, as políticas sociais referem-se a orientações políticas dos Estados modernos que pretendem "atender a redução das consequências da pobreza em diversas áreas de serviços, como educação, saúde, habitação, previdência, etc. Essas ações visam equacionar, em alguns casos, ou minimizar, em outros (GENTILLI, 2006, p. 77-78). Na concepção da autora, as políticas sociais resultam de movimentos políticos e pressões dos setores organizados da sociedade civil, revelando-se através de "políticas destinadas a trabalhadores do setor moderno e organizado da produção quanto à população excluída do mercado de trabalho formal" e também são estabelecidas como programas sociais que visam contribuir para um estado de coesão entre o Governo

instituído e a Sociedade através da “oferta de benefícios e serviços às camadas assalariadas e pauperizadas (GENTILLI, 2006, p. 79-82)

Não obstante ao pensamento de Gentilli (2006), as políticas sociais são também medidas compensatórias do sistema capitalista e mecanismo de efetivação através do consumo. Para o Serviço Social interessa refletir se as políticas sociais são concebidas para efetivar direitos e garantir o bem-estar do cidadão ou são apenas expressões materiais de defesa e reprodução dos interesses do capital.

O estudo de Frey (2000) aborda alguns interessantes aspectos da análise de políticas públicas () no que diz respeito às instituições que participam do processo de construção e a execução das políticas<sup>2</sup>, levando em consideração as condições particulares de cada sociedade (desde as democracias ocidentais mais consolidadas até as idiosincrasias dos países em desenvolvimento). No campo das ciências políticas, são referidas três dimensões que compõem as políticas públicas, a saber: “” para a dimensão de influência das estruturas políticas; “” como a etapa de negociação e acordos políticos e finalmente “”, como o resultado material das decisões políticas (sob a forma de processos governamentais), alertando que na realidade da prática política as três dimensões se influenciam e relacionam.

A seleção dos problemas que eventualmente serão tratados como uma questão política ocorre através de processos de atenção mediática ou social, mas também através da captação de interesse de grupos, atores políticos e do administrativo, “(...) somente a convicção de que um problema social precisa ser dominado política e administrativamente o transforma em um problema de ” (Windhoff-Héritier FREY, 2000, p. 227). O processo que aufere interesse político, e posterior intervenção pública, é um complexo jogo de interesses cujo acesso requer o contínuo fortalecimento da sociedade frente ao Estado (através da representação política dos indivíduos e das

<sup>2</sup> A chamada “empíria da prática política”.

suas necessidades) num movimento de tensão e cooperação semelhante ao que vivencia o Serviço Social diante das atuais condicionantes para o exercício da profissão.

Sendo assim, podemos compreender que a atividade política no âmbito do Serviço Social é condição latente não apenas por razões históricas e estruturantes da profissão mas também pela evidente posição de acesso político - que a intervenção permite – aos mais variados segmentos sociais. Se na Europa, nomeadamente nos países do norte, o conceito de é assimilado em várias vertentes da prática, em vários outros países é um conceito que parece subjacente<sup>3</sup> ao quotidiano da ação do assistente social todas as vezes que dele ou dela parte uma mobilização de forças para vencer uma resistência no sistema operativo/normativo das políticas. A assimilação desta conduta “naturalmente” política na iteração do dia-a-dia profissional (nomeadamente nos processos de intervenção) ao mesmo tempo que normaliza o estatuto de pertença ao universo político, não questiona se o lugar que o Serviço Social está inserido no teatro de ação política é real ou ilusório.

### SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL EM CONTEXTO DE CRISE SOCIOECONÓMICA

Os espaços onde as políticas sociais são recebidas já estão condicionados por processos de funcionamento anteriormente definidos pelos atores políticos “de costume”. De acordo com Rua (1998), os atores políticos são aqueles que estão diretamente envolvidos nas disputas discursivas e orçamentais que definem a alocação de bens e recursos públicos. Portanto, no meio operativo dos assistentes sociais, pressupõe-se existir um ambiente favorável a análise crítica dos processos ao mesmo tempo que várias práticas burocráticas condicionam sua avaliação (ou seja, um ambiente onde existe um silencioso confronto de poder entre a categoria profissional e o enquadramento institucional sobre determinada problemática).

<sup>3</sup> Como indica a ausência de literatura académica sobre a questão da no Serviço Social.

Sabendo que a área de atuação profissional é organizada no sentido de modificar os contextos socialmente desfavorecidos (as problemáticas), a intervenção com as populações carentes é expectativamente fundamentada num compromisso de conscientização e potencialização política através do acesso a recursos individuais e coletivos assegurados pelas políticas sociais.

(...) a dinâmica societária desencadeada pela crise contemporânea (...) atinge a totalidade dos processos produtivos e dos serviços, alterando perfis profissionais e espaços de trabalho das diferentes profissões, e também do Serviço Social, que tem na prestação de serviços sociais seu campo de intervenção privilegiado e nas instituições sociais públicas e privadas seu espaço ocupacional. (RAICHELIS, 2013, p. 619-620).

Após a satisfação das necessidades essenciais para uma existência humana com dignidade, o projeto de integração e desenvolvimento do Serviço Social passa pela formação de pessoas autónomas, responsáveis, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres (o processo de participação cidadã que é essencialmente um posicionamento político do indivíduo diante da sociedade),

A cidadania é um contributo civilizacional para o bem-estar da sociedade. Dentro de uma perspectiva Aristotélica, a “felicidade do indivíduo” só poderia ser alcançada através do reconhecimento da consciência/prática política como núcleo da vida humana, “pela utilidade do exercício da cidadania” (MENDES, 2010: 21).

Para os gregos a vida cidadã é um ato essencialmente político, onde a assunção de responsabilidade e o comprometimento com as regras e normas sociais beneficiaria todo o coletivo (e a ação e participação dos indivíduos é a base de um Estado democrático). Entendendo o conceito de cidadania como uma atitude política perante o sistema social, sabendo que o Serviço Social é orientado para a defesa dos



direitos humanos e consolidação da cidadania dos indivíduos, resta então considerar que a dimensão política do Serviço Social é uma prática com consciência e vontade de participação política.

Quando refletimos acerca da dimensão política do Serviço Social podemos relacionar algumas premissas de interferência nesta relação tais como: o determinismo político e económico na prática do Serviço Social e no acesso dos usuários aos serviços sociais; a ação crítica e consciente dos Assistente Sociais repercutindo num exercício político e a prática política como um movimento não-linear e contraditório que coexiste com projetos distintos de controlo e autodeterminação. Ou seja, a prática política do Serviço Social é estruturada e condicionada pelo contexto socioeconômico, mas também político no qual está inserido (como, por exemplo, no orçamento definido pelos governos para os gastos e investimentos sociais).

O projeto do Estado “provedor” com propósitos de assegurar que as disparidades sociais entre os indivíduos não comprometam o pleno exercício dos direitos de natureza civil e política não parece estar contemplado em novos contextos de desemprego, incerteza económica e política, crise de refugiados e envelhecimento das populações.

Com este cenário de inevitáveis mudanças no relacionamento do corpo social com o indivíduo e dele próprio com o novo (ou modificado) retrato da sociedade contemporânea, o Assistente Social ver-se-á desafiado a ajustar o seu quotidiano profissional a demandas muito específicas para caber na concepção (por vezes alargada e generalista) dos apoios sociais públicos. Cabendo assim a análise crítica, o anticonformismo (não enquanto confronto ou tensão social, mas essencialmente como ação catalisadora da sociedade e transformadora da realidade) e a compreensão profunda dos mecanismos de formulação e gestão das políticas públicas de cunho social numa junção, parafraseando Schubert (FREY, 2000), de estratégias políticas para lidar com o conflito e estabelecer o consenso.

Posto isso, o Serviço Social assume-se como mediador político entre as políticas sociais e as pessoas sob a condição de usuário (arbitrando a relação entre o Estado e a sociedade). Se a intervenção do Serviço Social refere-se ao exercício de alocação de recursos públicos onde eles são mais necessários e também a ação educativa dos indivíduos, é indubitavelmente prática política por exprimir explicações da vida e promover transformações num ambiente marcado pelas hostilidades no campo da plena integração social. Como afirma Soulet (AMARO, 2012, p. 11), “o que é próprio do serviço social é providenciar formas de aliviar as situações individualmente experienciadas nascidas de questões coletivas estruturais que importa ultrapassar ou transformar em razão de dinâmicas societárias de ordem política, económica e cultural”.

E um dos mecanismos capazes de tornar viáveis os projetos de mudança e transformação social são as políticas sociais. E para garantir que a fórmula elaborada pelos governos esteja alinhada com a necessidade das populações é necessário desenvolver uma prática que permita influenciar a concepção das políticas. Para Cummins, Pedrick, e Byers (2010), “” (p. 2). Os autores afirmam que o compromisso ético do Serviço Social em prol da justiça social e económica é a força propulsora para o envolvimento da profissão na prática política em nome de uma mudança concreta na vida das populações vulneráveis.

O combate às condições de pobreza das famílias envolvidas no processo de intervenção é às vezes interno, no que diz respeito às qualificações ou motivações dos envolvidos, mas também externo quando os recursos disponíveis ou serviços necessários para desenvolver um programa de ajuda são condicionados por mecanismos políticos ou pelas circunstâncias económicas da comunidade. Portanto, as demandas profissionais dos Assistentes Sociais vão além de uma prática burocrática e estatizada, requerem mudanças de âmbito decisório da esfera política como o aumento ou o alargamento dos benefícios sociais, moradias subsidiadas pelo organismo público, recursos adicionais ou mudanças nas leis, orçamentos

e outras alterações de relevo imediato mesmo num contexto político e económico não favorável (CUMMINS et al., 2010). Conforme afirma Ferreira (2014), quando relaciona as capacidades de “responsabilidade ética, competências técnica e exigência teórica” como necessárias para o Assistente Social no enfrentamento das grandes questões sociais da atualidade,

(...) Capacidade que no período de crise financeira (2008/...) tem sido condicionada por medidas de austeridade definidas pelo governo e, no caso português, pelas organizações internacionais (BCE; UE e FMI), exigindo ao assistente social estratégia e criatividade para responder às necessidades de bemestar no quadro dos princípios e valores da sua área de conhecimento: o Serviço Social (FERREIRA, 2014, p. 332).

### ***POLICY PRACTICE* NO DISCURSO E NA PRÁTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS**

A perceção da como um aspeto da prática do Serviço Social é um conceito abordado por Jansson ( CUMMINS et al., 2010), que estabelece uma clara distinção de outra estratégia de influência sobre as decisões (público ou privada) que envolvem as políticas públicas, . Para o autor:

I define policy practice as efforts to change policies in legislative, agency, and community settings, whether by establishing new policies, improving existing ones, or defeating the policy initiatives of other people. People who are skilled in policy practice increase the odds that their policy preferences will be advanced. I define policy advocacy as policy practice that aims to help powerless groups, such as women, children, poor people, people of color, gay men and lesbians, and people with disabilities, improve their resources and opportunities. (2010, p. 8).

Deste modo, a prática da está relacionada à uma expressão da sociedade civil (dentro de um organismo coletivo organizado) acerca de uma causa, ideologia ou política, sendo

compreendida por Jansson como uma parcela importante da (CUMMINS et al., 2010). Ao longo do livro, o termo está intrinsecamente ligado as atividades desenvolvidas pelo Assistente Social com o objetivo de construir um ambiente socialmente mais justo para os indivíduos. O que, podemos considerar, tem sido um dos preceitos éticos que regem o Serviço Social como esclarece a definição global do Serviço Social aprovada em Julho de 2014 - em Melbourne - pelo Comité Executivo da FIAS e Conselho da AIESS,

The social work profession facilitates social change and development, social cohesion, and the empowerment and liberation of people. Principles of social justice, human rights, collective responsibility and respect for diversities are central to social work. Underpinned by theories of social work, social sciences, humanities and indigenous knowledges, social work engages people and structures to address life challenges and enhance wellbeing<sup>4</sup>

Dentro desta definição é sublinhado o caráter político e mobilizador do Serviço Social para efetivar transformações que promovam uma sociedade mais justa através dos conceitos de coesão coletiva, desenvolvimento, respeito pela diversidade e responsabilidade social. Importa refletir sobre a necessidade do protagonismo e influência política do Serviço Social enquanto profissão e área de conhecimento científico. Pensar em estratégias para obter influência na agenda política é compreender a condição multifacetada do Serviço Social de agente de relevância social em todas as dimensões sociais, políticas e económicas que compõe a sociedade.

Contudo, o terreno de protagonismo político que o Serviço Social desbrava no campo teórico (como no conceito global da profissão) escasseia materialmente quando analisamos as atividades que englobam a e ponderamos sobre a sua efetiva exequibilidade no dia-a-dia dos profissionais,

<sup>4</sup> Cf. <http://ifsw.org/get-involved/global-definition-of-social-work/>

nomeadamente a avaliação e análise das políticas, a defesa das mudanças políticas através da interação com os decisores políticos, a construção de alianças com grupos de influência e com representatividade pública e a elaboração de campanhas para promoção das causas sociais (promover políticas na comunidade que signifiquem uma mudança real através de perspectivas por vezes ignoradas pelos gestores políticos mas que o trabalhador em Serviço Social tem acesso privilegiado).

Neste viés de entendimento, alertam os autores, a define um importante papel no cenário das decisões políticas que não se restringe apenas a uma que exige “”<sup>5</sup> do assistente social nas várias esferas políticas. Os níveis de atuação do Serviço Social vão progredindo a partir da constatação dos limites para solucionar uma demanda individual ou comunitária. Normalmente os entraves institucionais demonstram que a solução está numa esfera dos poderes públicos local ou mais avançada<sup>6</sup>. Sendo assim, apenas “” (CUMMINS et al, 2010, p. 13).

Creditamos a essa capacidade de perceber os processos políticos e estabelecer relações sociais em prol de objetivos comuns, atributos profissionais inerente (e expectável) dos assistentes sociais podendo considerar que esse esforço de fazer alianças em prol da participação no processo decisório político - ” - é elemento integrante<sup>7</sup> da portanto detemo-nos a referenciar brevemente esse processo no sentido de tentar decodificar a ação política do Serviço Social.

<sup>5</sup> “Networking” é uma expressão em inglês para designar a criação de uma rede de contatos profissionais.

<sup>6</sup> Embora a abordagem dos autores Cummins, Byers & Pedrick (2010), tenha como referência o Serviço Social americano, é certo (no meu entendimento) que a concepção do conceito de Policy Practice e a sua presença (força) ou ausência (fraqueza) é facilmente aplicável não apenas ao contexto português, mas de vários outros países.

<sup>7</sup> De acordo com Frey (2000), “as barreiras de acesso às são relativamente baixas” e “se mostram menos formais e delineadas que as relações sociais institucionalizadas” (p. 221).

## Se as políticas públicas são por definição,

(...) the responsibility of public authorities and aim to satisfy some vision of the 'public good'. Yet, modern governance, not least in the European Union (EU), reflects a shift 'towards a sharing of tasks and responsibilities; towards doing things together instead of doing them alone', a expressão "policy network" refere "a cluster of actors, each of which has an interest, or "stake" in a given...policy sector and the capacity to help determine policy success or failure (PETERSON, 2003, p. 1).

É certo que o próprio autor afirma que, para muitos, o conceito de é apenas uma metáfora explicativa para a intrínseca teia de atores envolvidos na formulação das políticas. No entanto, interessa-nos mais reconhecer que o envolvimento do Serviço Social no reconhecimento das questões que merecem atenção política (e nas conexões desenvolvidas durante o processo) é uma atividade de porque aborda a reconfiguração de alianças políticas entre instituições de natureza pública e privada com grupos organizados da sociedade civil cujo objetivo é o de influenciar de forma consistente a arena política na resolução de problemas sociais (que afetam pequena ou largas faixas de população).

A partir dessas redes, são implementadas estratégias de influência e pressão nos organismos institucionais para efeito de participação no processo construtivo das políticas: "as fronteiras e delimitações entre as burocracias estatais, os políticos e os grupos de interesse envolvidos na definição das políticas se desfazem" (Schubert FREY, 2000, p. 222). Assim sendo, a "resposta reestruturada do Serviço Social" (Soulet AMARO, 2012) passa por ir além da posição de observador privilegiado das demandas e incertezas sociais, sendo natural que tenha também um papel de sujeito que designa ou induz processos políticos depois de um longo período de "atonia política, ocupado como estava a percorrer os meandros da individualização, da responsabilização e do acompanhamento, que redescubra as questões políticas que se escondem por

detrás do retorno da assistência para todos aqueles que são os restos da lógica generalizada da inserção” (Soulet AMARO, 2012, p. 16).

Na alteração ou consolidação da matriz política do Serviço Social anuncia-se uma necessidade de buscar novas maneiras de articulação entre vários grupos de ativismo/ estatuto político, mas também valorizar/compreender as circunstâncias individuais e coletivas que definem as condições de alcance das políticas sociais. Os assistentes sociais comprometidos com a orientação política da profissão estão constantemente avaliando, refletindo e reagindo diante das opções institucionais e os consequentes impactos na sociedade afinal “as decisões que tomamos são influenciadas pela avaliação que fazemos do mundo e da nossa posição nele” (DAHL, 1970, p. 137).

Rocha e Johnson ( CUMMINS ., 2010, p. 16) advertem sobre a importância de aplicar os cinco princípios da prática política na intervenção. São eles: determinar os efeitos das políticas sociais; vincular os serviços diretos aos esforços de reforma; compreender como as políticas institucionais definem o escopo e os limites da prática; se envolver em todas as etapas de formulação das políticas e aumentar a justiça econômica e social na distribuição dos recursos.

As condições de precariedade que uma grande parcela da população se encontra não permitem uma crença inquestionável na responsabilização pessoal como solução única e aplicável a todos os cidadãos e contextos (CUMMINS ., 2010) se fazendo necessário um visionamento que contemple “o apelo aos direitos do homem e à justiça social” (Soulet in AMARO, 2012, p. 16) mas também reforce estratégias de empoderamento e participação (longe da demagogia política implícita nas políticas sociais e próxima do projeto global do Serviço Social).

Segundo a lógica dos autores ( CUMMINS ., 2010), podemos aqui relacionar algumas alternativas de deliberação

e influência que podem ser apresentadas aos indivíduos como o poder do acesso à informação de caráter institucional, o conhecimento das reais potencialidades do usuário ou do meio em que ele está inserido, o poder de reconhecimento das suas limitações e das limitações de resposta do sistema, a capacidade de autodeterminação em associação com um sentido de responsabilidade (sem desconsiderar, obviamente, a forma como o ambiente socioeconômico afeta o desenvolvimento das condições psicológicas, materiais e de apropriação humana do sentido da vida). Sem a devida estruturação e organização mental, as alternativas de poder não existem porque são ignoradas assim como a possibilidade de influenciar o meio político em prol de um bem comum a todos.

A ideia de influenciar a política está completamente vinculada ao exercício do poder. Como afirmou George Burdeau, aquando refletia sobre o tema como um impulso propulsor para as grandes transformações na sociedade, o “poder é uma força a serviço de uma ideia (1970, p. 25)<sup>8</sup>. Apoiando nesta premissa de enquadramento do poder político europeu<sup>9</sup>, como resultado de uma vontade expressa democraticamente (e as implicações na vida dos cidadãos), podemos considerar que transformar os paradigmas que a sociedade tem sobre a fome, as desigualdades, o entendimento e aceitação das condições de carência a nossa volta, sempre foi objeto da luta quotidiana do Serviço Social.

Sabendo que para coexistir no ambiente de decisores políticos faz-se necessária uma força que legitime a nossa influência, o assistente social tem como missão o “” (CUMMINS et al., 2010, p. 16) e uma disponibilidade de interação com diversos grupos e instituições política (FREY, 2000, p. 221) no intuito de garantir que a comunidade seja

<sup>8</sup> Para saber mais sobre as ideias do autor, recomendo: BURDEAU, Georges. (1981). . Trad. Cascais Franco. Mem Martins: Publicações Europa-América.

<sup>9</sup> Europeu no sentido de pertença a União Europeia e conformidade com os valores de Dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e respeito pelos direitos humanos consagrados no processo de integração.



justa, equitativa e tenha condições de atender as necessidades de todas as pessoas especialmente as mais desfavorecidas e, ainda assim, estabelecer relações de parceria com segmentos de influência e representatividade política. Todavia é importante compreender que a não está unicamente associada àqueles que estão na posição de decisores políticos. As crenças, conceitos e valores que permeiam o Serviço Social coadunam naturalmente com projetos vinculados ao exercício de políticas socialmente mais justas. As competências profissionais desenvolvidas em contextos de vulnerabilidade e incerteza, oferecem aos assistentes sociais condições de deliberar informações (em vários níveis de atuação) e propor alternativas políticas mais em sintonia com as demandas das populações. Conciliando a urgência de representatividade política da profissão com a apresentação de modelos de intervenção economicamente exequíveis e assentes numa profundo estado de atenção e crítica consciente “que alimente a necessidade de pensar por si próprios” (Soulet AMARO, 2012, p. 17).

O Serviço Social como participante da estrutura que compõe a sociedade e enquanto profissão condicionada por uma constante reconfiguração das necessidades sociais, precisa reforçar/reformular a matriz política na sua prática. Os elementos que se fazem presentes no processo diário de interação social são matéria-prima para compreender o significado político da intervenção permitindo novas articulações e alianças (inclusive com segmentos de força e ação política dentro e fora dos limites institucionais) e o desenvolvimento de novas competências na esfera de atuação. Fundamentando a ação profissional nos valores e princípios que conduzem o Serviço Social, atribuindo uma “maior capacidade crítica face às práticas e intervenções, com vista à inovação da resposta social em benefício do cidadão” (FERREIRA, 2014, p. 333).

Quando pensamos o estado de crise que aflige grande parte dos países inclusivamente as regiões mais desenvolvidas do planeta como a Europa, identificamos no Serviço Social a legitimidade para reivindicar a garantia dos direitos sociais e

até seu alargamento mesmo num contexto discursivo hostil de responsabilização do indivíduo pela sua precariedade. Não é apenas uma provisão financeira que resolve o mal-estar da sociedade, mas eventuais medidas de caráter emergencial seguidas de um projeto de vida a médio e a longo prazo.

A discussão sobre os gastos sociais e a distribuição dos recursos, num ambiente de austeridade econômica, deve ser fundamento básico da retórica do Serviço Social na contemporaneidade que assenta no reconhecimento de um caráter “privilegiado para a coesão social” (FERREIRA, 2014, p. 332). O assistencialismo (dissociado de quaisquer visões/abordagem/prática emancipatória) é uma solução observada em vários contextos recentes que não coaduna com os valores defendidos pelo Serviço Social, pelo contrário, enfraquece os que já estão combatidos e retira o poder de persuasão dos assistentes sociais frente aos inúmeros obstáculos que a crise apresenta assim como impossibilita um cenário de oportunidades que poderia ser desenhado mesmo num momento de turbulência social, política e econômica.

A esse propósito, Webb argumenta que “o Serviço Social está a abandonar a abordagem holística para trabalhar com os clientes no sentido de se alinhar com a política dominante da gestão neoliberal do cuidado” (AMARO e BRANCO, 2011, p. 668).

Esse desenvolvimento histórico e civilizacional que permitiu albergar nas contas públicas, sob tutela valorativa da sociedade, os gastos sociais também proporcionaram ao Serviço Social uma posição privilegiada para contribuir com a construção e implementação de políticas públicas capazes efetivamente de promover mudanças sociais. O momento histórico contemporâneo exige um posicionamento político dos mais diversos segmentos sociais e profissionais em especial àqueles cujo trato quotidiano com a “questão social” confere poder e responsabilidade. Mas como uma categoria perenizada com as contingências sociais e salariais estabelece um projeto

de orientação política não apenas centrado na intervenção, mas também em parceria com canais de decisão?

Através da superação da rutura ideológica que condiciona o diálogo (renegando a neutralidade contida na burocratização e exercitando alguma objetividade na crítica e subjetividade nas relações). É necessário reconhecer que a complexidade social na interação com os indivíduos e com a comunidade se estende ao plano governativo (um esmiuçado de interesses e acordos implícitos nas medidas escolhidas). Portanto se faz necessário questionar corajosamente os paradigmas e definir estratégias de presença no cenário político no âmbito das deliberações e resoluções, tais como:

- Estabelecer representações nas câmaras municipais e juntas de freguesias, conselhos e organizações de articulação política das sociedades civis que permitam um canal direto com o Estado e uma maior democratização na tomada de decisão que afeta a vida coletiva (especialmente as medidas que delegam/condicionam apoios para uma parcela mais marginalizada no usufruto dos direitos);
- Promover atividade de influência política (lobby) com o objetivo de interferir na pauta legislativa em favor dos grupos que estão sob a tutela de proteção do Serviço Social;
- Alargar o conceito de justiça social, no sentido de viabilizar uma repartição mais equitativa dos recursos sociais (condição geradora indissociável para a mudança social);
- Partilhar experiências de gestão social de forma a construir modelos que possam ser assimilados e reproduzidos pelas entidades públicas competentes. Uma das formas de assegurar que tais experiências tenham relevo é a divulgação nos canais de comunicação formais e informais (redes sociais);
- Tornar-se nos problemas sociais da área de atuação que representa. Este movimento de formação política é tanto do Serviço Social (como um todo), como também do assistente social enquanto indivíduo formalmente capacitado para um olhar crítico sobre as variadas formas de proteção social nos mais diversos contextos socioeconómicos (AMARO, 2012; CUMMINS et al., 2010; FERREIRA, 2014; FREY, 2000).

Neste ponto, é necessário destacar que o Serviço Social (na figura do assistente social) desenvolve várias outras atividades que coexistem com projetos de atuação política mais estruturados e não são defendidos nesta reflexão, mas igualmente válidos e impactantes. Como afirma Soulet (AMARO, 2012), quando trata do modelo de sociedade “democrática, economicamente liberal e socialmente protetor” sobre o qual o Serviço Social erigiu seus fundamentos e o atual preceito de integração que privilegia uma “solidariedade expressiva”, “uma socialização individualizada” e “um desvio concebido como uma incapacidade a participar<sup>10</sup>” (2012, p. 12). O autor esclarece que no advento deste novo modelo de integração, as políticas públicas de cunho social sofreram alterações no seu percurso histórico de proteção dos indivíduos mas carenciados e fragilizados dando maior primazia a uma abordagem que “obriga” o cidadão a responsabilizar-se pelas suas próprias mazelas no sentido de estarem aptos a participar (de forma ativa/produziva) do corpo coletivo (ou correr o risco de viver à margem do sistema).

E nesta gestão de interesses antagônicos e por vezes quase esquizofrênicos (onde pouco se distingue qual demanda se pretende resolver), “ não é surpreendente que após anos de atonia política, ocupado como estava a percorrer os meandros da individualização, da responsabilização e do acompanhamento”, o Serviço Social “redescubra as questões políticas que se escondem por detrás do retorno da assistência para todos aqueles que são os restos da lógica generalizada

---

<sup>10</sup> Segundo Soulet (in Amaro), “solidariedade expressiva” refere-se a participação do indivíduo nos processos produtivos que envolvem a sociedade; uma “socialização individualizada” trata-se de uma “ação voluntária; socializar-se, de qualquer modo, significa ser capaz de se produzir como responsável e autónomo, o que implica a imputação da formação do indivíduo como indivíduo sobre o próprio indivíduo pelo trabalho que sobre si ele efetua” e, por fim, “um desvio concebido como uma incapacidade a participar” faz menção a um grupo de pessoas incapazes de cumprir os ditames sociais, colocando “em perigo a participação na instituição da sociedade e concretiza o custo social das limitações individuais de assumir as obrigações sociais de participação” (2012: 12).

da inserção” (Soulet in AMARO, 2012, p. 16). E assim o autor complementa num discurso em prol de uma atuação eficiente do assistente social e no combate a neutralidade que “desqualifica” a intervenção

Não é surpreendente que o serviço social se torne resistente e mobilizado, porque justamente a sua posição intermediária entre espaços, entre a expectativa institucional e a realização individual, coloca-o numa boa posição para perceber que a centração na responsabilização individual e ativação sistemática não têm sentido senão com base num suporte mínimo que sustente a iniciativa dos indivíduos, salvo para falsear estruturalmente o jogo e esvaziar do seu sentido todo o esforço nesta direção (idem).

De uma forma abreviada, é da envergadura ética e da responsabilidade profissional do assistente social, buscar formas de reparação aos danos causados por um emaranhado de crises sociais (reflexo das crises do capital como, por exemplo, a crise de 2008) através de políticas sociais em consonância com a realidade das pessoas renegando ações meramente assistencialistas. Para tal efeito, é essencial deslocar-se no meio político com a desenvoltura que o conhecimento dos processos e pressupostos confere. Sustentada enfim pela realidade que relaciona o Serviço Social como vetor de materialização de uma política social construída a partir da percepção do poder público<sup>11</sup> acerca de uma carência social - com relevo social suficiente para ser resolvida ou minimizada - a . E na assimilação de uma prática profissional que indique presença ativa no meio político como incorpora a visão de Frey (2004) sobre a necessidade de “reinventar as formas de gestão no sentido de transformar os atores da sociedade civil em aliados na busca de melhores resultados tanto referente ao desempenho administrativo quanto em relação ao aumento da legitimidade democrática” (p. 8).

<sup>11</sup> Do qual o Serviço Social faz parte portanto deveria ser voz de influência

De igual modo, o fundamento de compreensão do conceito de desenvolve-se a partir de um Serviço Social que pretenda criar/influenciar novas políticas ou simplesmente aprimorar/alterar os sistemas legislativos já existentes. Afinal, a prática política do assistente social é organizada não apenas por uma orientação específica (manuais) mas também através das experiências do cotidiano profissional, numa constante ação reflexiva e na participação que permita objetivos mais consistentes de bem-estar e justiça social.

O contexto de mudança na gestão pública dos gastos sociais exige aos assistentes sociais

(...) la capacidad y habilidad para enunciar, desde la competencia profesional, líneas preferentes, propuestas, metodologías, sistemas organizativos, que agilicen las respuestas innovadoras, proactivas, con la eficiencia conveniente y reduzcan los efectos de la pobreza a la vez que legitime socialmente el débil sistema de servicios sociales (VEGA; EXPÓSITO, 2014, p. 45).

Portanto, tentando restringir a perspectiva até agora apresentada à apenas uma estratégia de acesso à arena política (dentre as várias possibilidades de influenciar no âmbito decisório), acreditamos que a ideia de participação<sup>12</sup> é uma complementaridade natural ao conceito de e também uma expressão da sua efetiva realização. Aos políticos e profissionais ligados a recuperação do bem-estar da parcela mais vulnerável e carente da sociedade, convém ressaltar o sentido de cooperação para que cada segmento da sociedade se apresente com igual valor.

É importante considerar que a participação política dentro da moldura teórica da (vista aqui como o ato de estruturar conjuntamente um propósito abrangente à uma grande parcela do corpo coletivo) é elemento determinante do funcionamento coeso da sociedade e dos contextos profissionais onde os trabalhadores sociais desenvolvem suas

<sup>12</sup> Participação política do assistente social e do usuário dos serviços sociais.

atividades profissionais junto as populações. Como esclarece Paterman (1992), numa interessante reflexão teórica sobre sobre democracia e participação política, que “aprendemos a participar, participando” e de que “a noção de uma sociedade participativa, exige que o termo “político” seja ampliado para cobrir esferas exteriores ao Governo” (p. 139-140).

E com usuários mais habilitados para participar da elaboração e avaliação das soluções institucionais, o Serviço Social também assume uma posição igualmente capaz de atuar eficazmente na construção coletiva de políticas sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação do cidadão na organização política “é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca um efeito psicológico nos que participam” (PATEMAN, 1992, p. 35) mas, nem sempre, a mesma motivação e compromisso é encontrado/promovido nas categorias profissionais historicamente envolvidas no conjunto de práticas que abrangem a proteção social. Se considerarmos o relevo político do Serviço Social junto das populações, dessas reflexões resultam o entendimento de que, se as questões sociais e económicas que afligem pessoas e países se interdependem e interrelacionam - na mesma medida simbiótica - os grandes contextos reproduzem-se na rotina profissional do Serviço Social (cuja existência e funcionamento depende e faz depender um emaranhado de forças contidas nas instituições públicas). Para tal efeito, o uso estratégico de força de influência e ação (), define não apenas a participação na arena decisória política, mas refere-se também a um constante estado de alerta (sentido crítico, capacidade de observação e atuação inata ou adquirida) que a categoria profissional deve assumir como pressuposto obrigatório para alcançar objetivos de mudança social, coesão e desenvolvimento.

O modelo de participação cidadã no processo que define as políticas públicas de natureza social é afinal o modelo

de funcionamento de um Serviço Social com, “ (VEGA; EXPÓSITO, 2014, p. 44). Sendo assim, complementam os autores, de que cabe aos assistentes sociais viabilizar processos que promovam a construção de respostas mais eficientes às necessidades sociais das comunidades rejeitando a alienação da neutralidade e do excesso de objetividade na intervenção e na interação com as instituições públicas e organizações (VEGA; EXPÓSITO, 2014).

A conquista de um protagonismo político, dentro dos pressupostos de uma efetiva , permitirá ao Serviço Social socializar com outros setores institucionais de forma mais igualitária, fortalecer a identidade política da profissão e promover cada vez mais a cidadania através da participação dos usuários nos processos decisórios e construtivos das políticas sociais.

## REFERÊNCIAS

AMARO, I. **Urgências e Emergências do Serviço Social**. Lisboa: UCP, 2012.

AMARO, I.; BRANCO. F. As práticas do “Serviço Social activo” no âmbito das novas tendências da política social: uma perspectiva portuguesa. **Serv. Soc. Soc**, São Paulo, n.108, p. 656-679, out/dez, 2011.

CUMMINS, Linda K., PENDRICK, Laura., BYERS, Katharine V. **Policy Practice for Social Workers**. Pearson, 2010.

DAHL, R. **A moderna análise política**. São Paulo: Lidador, 1979.

FERREIRA, J. M. Serviço Social: profissão e ciência. Contributos para o debate científico. **Cuadernos de Trabajo Social**, 339, Vol. 27-2, p. 329-341, 2014.

FREY, K. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.



Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n.21, jun, p. 211-259, 2000.

GENTILLI, Raquel. **Representações e práticas**. São Paulo: Veras, 2006.

MENDES, Ovídio Jairo Rodrigues. **Concepção de Cidadania**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PETERSON, J. **Policy Networks**. Politic Science Series. Institute for advanced Studies, Vienna, 2003.

RAICHELIS, Raquel. **Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 609-635, 2013.

RUA, M. G. **O estudo da política: textos introdutórios**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

RODRÍGUEZ, G. **El Estado del bienestar en España: debates, desarrollo y retos**. Madrid: fundamentos, 2004.

VEGA, N. L. R.; EXPÓSITO, C. B. Trabajo Social y participación en las políticas sociales. AZARBE - Revista Internacional de Trabajos Social Bienestar, n.3, p. 39-34, 2014.

YAZBEK, M. C. (2014). A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc**, n.120, p. 677-693, out/dez, 2014.

Submetido em: 01/03/2019

Aprovado em: 12/04/2019

293

